

A ciência e a pesquisa no país e os direitos dos pós-graduandos

Tamara Naiz da Silva¹



Crédito: Natasha Ramos

A CIÊNCIA NO BRASIL TEM AVANÇADO, MAS PRECISA AVANÇAR MUITO MAIS

É amplamente reconhecido que nos últimos anos a produção científica no Brasil, assim como os programas de pós-graduação, tiveram um importante crescimento em quantidade e qualidade². Isso torna evidente que os investimentos nessas áreas são muito importantes para que o país avance em seus níveis de desenvolvimento econômico, social e tecnológico. O Brasil ocupa hoje o 13º lugar no ranking mundial de pesquisas indexadas, que refletem pesquisas realizadas, o número de mestres quase dobrou nos últimos dez anos e o de doutores quase

triplicou, de modo que o Brasil tituló em 2014 mais de 50 mil mestres e mais de 16 mil doutores³.

Os números que refletem este crescimento podem nos deixar otimistas, mas é necessário ir além deles e refletir sobre a situação daqueles que são elemento fundamental nesse processo todo: os estudantes de pós-graduação. Segundo dados da Capes os pós-graduandos estão presentes em mais 90% das pesquisas realizadas no país, ou seja, não há pesquisa no Brasil sem a pós-graduação. Esse dado, aliado as metas do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020⁴ e do Plano Nacional de Educação⁵, deixa claro o quanto é preciso debater e refletir sobre as condições de realização dessas pesquisas, sobre

¹ Presidenta da Associação Nacional de Pós-graduandos e doutoranda em História pela UFG.

² O número de programas de pós-graduação cresceu de 1.603, em 2002, para 3.678, em 2014, avançado no sentido de descentralizar as pesquisas e reduzir as assimetrias regionais. Dados Geocapes, acesso em novembro de 2015.

³ Os números exatos da titulação em 2014 são: Doutorado, 16.745; mestrado acadêmico, 44.502; mestrado profissional, 5.727. Dados retirado do portal Geocapes, acesso em novembro de 2015.

⁴ Que tem metas de ampliar em 2020 a titulação anua de mestres e doutores, segundo as metas do PNE, com redução das assimetrias na distribuição da pós-graduação, ter titulado no período 150 mil doutores e 450 mil mestres no período, ampliando de 1,4 para 2,8 o número de doutores por mil habitantes no país em 2020 e posicionar o Brasil entre os 10 maiores países produtores de conhecimentos novos do mundo.

⁵ O PNE tem três metas importantes referentes à pós-graduação, entre elas, a meta 14 que prevê ampliação gradual da titulação até que, em 2024 se atinja a titulação 60 mil mestres por ano e 25 mil doutores.



a realidade e as estruturas de poder, sobre os aspectos sociais, psíquicos e políticos que envolvem esta produção de conhecimento.

UM PERFIL POSSÍVEL DOS PÓS-GRADUANDOS BRASILEIROS

Não há por parte do Ministério da Educação um perfil sócioeconômico ou cultural do conjunto dos pós-graduandos brasileiros, há alguns dados soltos sobre número, junto ao IBGE é possível alguns indicadores de composição social, mas não há ainda uma pesquisa ou levantamento sistematizado de indicadores, o que é lamentável, pois conhecer a composição social e o perfil possibilita entender quais são as políticas públicas necessárias para o sucesso nesse nível de educação. Vamos aos dados possíveis: no ano de 2014, o Brasil registrou nos cursos *stricto sensu*, o número de 299.355 pós-graduandos. Destes, 105.617 são bolsistas Capes e CNPq. Ou seja, menos de 50% recebem bolsas de pesquisa. Quanto ao número de estudantes *lato sensu*, não há dado oficial, o que dá pistas da desconsideração completa do Poder Executivo em relação a esta modalidade de formação. Há estimativas de que sejam mais de 3 milhões. São esses profissionais que estão na ponta do processo de produção científica no Brasil e/ou especializando-se em uma determinada área do conhecimento para aprimorar sua atividade profissional.

Quanto à composição social, a pós-graduação brasileira revela de maneira muito aguda as desigualdades presentes na nossa sociedade. Mostra disso é que a população de mestres e doutores é muito mais branca do que a população geral: 51% da população brasileira é negra, mas apenas 18% dos mestres e 14% dos doutores titulados são negros. Em que pese que houve uma expansão considerável dessa parcela da população na pós-graduação, sendo hoje, dentre estudantes de pós-graduação, 28% negros e negras, essa expansão tem contribuído para tingir com as cores do povo também o ambiente acadêmico. Além disso, a desigualdade entre homens e mulheres também

é acentuada, embora as mulheres sejam maioria entre os pós-graduandos, a remuneração é, em média, 42% menor que a dos homens – uma desigualdade salarial bem acima da que está presente no mercado de trabalho como um todo. Além disso, cabe ressaltar que as mulheres ocupam poucos cargos de direção nas instituições e menos ainda possuem bolsas produtividade.

MELHORES CONDIÇÕES DE PESQUISA: A LUTA POR DIREITOS PARA OS PÓS-GRADUANDOS

Os pós-graduandos, que são profissionais já graduados em ensino superior, precisam ser tratados como tal, é preciso que se compreenda que a formação em pós-graduação é uma fase em que se está aprofundando e produzindo conhecimentos para o país. Quanto mais percebermos isso e tratarmos de criar condições em que essa pesquisa possa ser produzida de forma mais eficiente possível, melhor será para o Brasil.

Os pós-graduandos se dedicam cotidianamente e com afinco na realização de suas pesquisas, mas apesar de serem elementos tão importantes para o desenvolvimento do nosso país, não tem quase nenhum direito garantido em lei e essa situação tem que mudar, pois este é um investimento central para um país que precisa se desenvolver em novos patamares, de forma mais sustentada e soberana.

Discutir o lugar do pós-graduando na pesquisa científica e conseqüentemente seus direitos é o desafio que pretendemos enfrentar nesta gestão da Associação Nacional Pós-Graduandos. Ao eleger como mote da gestão a defesa da “valorização da ciência e dos pesquisadores” a diretoria da ANPG tem como alicerce a compreensão de que a Ciência deve ser vista como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento nacional.

Espera-se que a Ciência produzida seja capaz de cada vez mais favorecer e integrar os esforços de produção de conhecimentos capazes de propor soluções para grandes questões da sociedade, na forma de tecnologias,

⁶ Dados do Geocapes, acesso em novembro de 2015. Os números são 232.381 pós-graduandos matriculados e 66.974 titulados em 2014.

⁷ Os dados sobre as bolsas Capes são referentes a 2014 e foram retirados do site Geocapes: 39.954 doutorado, 48.113 mestrado e 39 mestrado profissional. Os dados sobre as bolsas do CNPq são de 2015 e foram retirados do site da agência: 8298 doutorado e 9213 mestrado.

⁸ Dados do IBGE, 2014.

⁹ Dados da PNAD 2013, referente à pós-graduação *stricto sensu*. Não existem dados referentes ao *lato sensu* e residências.

¹⁰ Dados do livro Mestres 2012, publicação da Capes.



inovações, etc. A política científica e tecnológica brasileira se harmoniza com esse anseio na medida em que apresenta que “as atividades de pesquisa e formação de recursos humanos devem estar vinculadas a questões nacionais, contemplando as dimensões sociais, culturais e ambientais, além das econômicas.” (PNPG 2011-2020, Vol. 2, pg. 177).

Destaca-se, dessa forma o potencial que a Ciência brasileira tem para contribuir com o desenvolvimento social e econômico, introduzindo inovações e melhorias no ambiente social e produtivo que resultem em novos processos, produtos ou serviços, transformando assim as possibilidades e a qualidade de vida.

Além do caráter central na geração de renda e de bem-estar social, compreende-se ainda que os investimentos em CT&I têm mudado a geopolítica mundial, tornando-se uma questão de soberania dos povos, na medida em que os países se dividem cada vez mais entre aqueles produtores de conhecimentos e tecnologia e aqueles delas dependentes.

Assim, os investimentos em desenvolvimento científico tornam-se cada vez mais importantes e urgentes. É preciso imprimir uma agenda para a ciência brasileira, para que ela seja capaz de responder a altura das necessidades de crescimento do país, são precisos mais investimentos públicos e privados para que possamos nos desenvolver em novos e mais profundos patamares.

A GENTE QUER MAIS PARA OS PÓS-GRADUANDOS E PARA BRASIL

Acreditamos e queremos mais para o Brasil, por isso discutir a importância da pesquisa no país, seu fomento e lugar do pós-graduando na pesquisa científica, assim como seus direitos tem feito parte do cotidiano desta gestão da ANPG, tarefa delegada pelo 24º Congresso Nacional de Pós-Graduandos – CNPG.

Diante da realidade da ciência e da pós-graduação brasileira, a ANPG tem lutado por políticas que fomentem a diversificação do perfil dos pós-graduandos, como Cotas raciais e sociais na pós-graduação; Por políticas de combate às desigualdades salariais e geração de oportunidades para as mulheres pesquisadoras; Por uma nova política de distribuição de verbas públicas para fomento à ciência e educação superior, que contemple a multiplicidade de pensamentos, o protagonismo feminino e da juventude;

Esperamos contribuir para a conquista de mais direitos e melhores condições de pesquisa para os pós-graduandos e para todos os pesquisadores brasileiros que tanto se dedicam e contribuem para construção de um novo Brasil, e nessa luta a Campanha por mais direitos para os pós-graduandos ganha centralidade.

Entre as bandeiras da campanha por mais direitos destacam-se: Bolsas: Universalização e valorização das bolsas de pós-graduação com o estabelecimento de um mecanismo de reajuste anual dos valores das mesmas; Assistência Estudantil: direito à moradia universitária, bandeirão, atenção à saúde física e psicológica, passe-livre estudantil; Melhores condições de Pesquisa: Licença maternidade garantida em Lei, 13ª bolsa, Taxa de Bancada, Financiamento para eventos científicos, Tradução e Publicação, Auxílio Defesa, Direito a afastamento por razões de saúde, Férias, Equipamento de proteção individual (EPI), Adicional insalubridade; seguro saúde; Melhoria nas relações acadêmicas: Combate ao assédio moral e sexual, orientação e atenção periódica, direito à representação discente; Pós-graduação lato sensu: Não a mercantilização da educação: Regulamentação da pós-graduação lato sensu; Em defesa da qualidade; Fiscalização da pós-graduação lato-sensu, pelo fim dos cursos caça-níqueis; Exigência de autorização do MEC para abrir novos cursos; Obrigatoriedade de disciplinas voltadas à atividade científica e limite máximo de alteração do quadro docente; Mais verbas para Ciência e Tecnologia: Investimento de 2% do PIB brasileiro em C,T&I; Destinação dos royalties do minério para C,T&I no novo Código Mineral; Lei federal que componha os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT); Aporte de recursos a cada novo projeto e programa, para que as ações correntes não sejam prejudicadas; Que o Programa Ciência Sem Fronteiras seja financiado pelos recursos do petróleo, desafogando assim o FNDCT; Que o pagamento das Organizações Sociais (OS's) saia do FNDCT, pois elas o desvirtuam o mesmo; Defendemos a regulamentação do restante do fundo social do pré-sal, com um percentual do mesmo para CTI; Dizemos ainda, **Não a quaisquer cortes no Orçamento de 2015 e 2016 para as áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação!**

Saiba mais sobre a campanha por mais direitos na página da ANPG e vem com a gente construir um futuro melhor para os pós-graduandos e para o Brasil!